

DOI: <https://doi.org/10.35699/2237-5864.2024.55042>

ENTREVISTAS SEÇÃO ESPECIAL: DEMOCRACIA E ENSINO NA UNIVERSIDADE: 60 ANOS APÓS O GOLPE DE 1964

Universidade, ensino de História e ditadura militar sob o olhar de Rodrigo Patto Sá Motta

Universidad, enseñanza de la Historia y dictadura militar bajo
la mirada de Rodrigo Patto Sá Motta

University, History teaching and military dictatorship from the
perspective of Rodrigo Patto Sá Motta

Rodrigo Patto Sá Motta,¹
Luisa Teixeira Andrade,² Alessandra Soares Santos³

RESUMO

Nesta entrevista realizada com o professor titular da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Rodrigo Patto Sá Motta, objetivou-se refletir acerca da história da repressão às universidades no contexto da ditadura, do ensino de História durante e sobre a ditadura e das incidências do regime militar na cultura política brasileira. Realizada no dia 6 de agosto de 2024, na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH) da UFMG, a entrevista seguiu um questionário semiestruturado. Na oportunidade, o professor relatou o processo de investigação para a produção de seu livro sobre as universidades e o regime militar, obra publicada há dez anos e que tem inspirado pesquisas acadêmicas no Brasil e na América Latina. Nela, ele apresenta os conceitos de *resistência* e *acomodação* como polos opostos na

¹ Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, MG, Brasil.
ORCID <https://orcid.org/0000-0003-0158-6501>. E-mail: rodrigopsamotta@gmail.com

² Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), Belo Horizonte, MG, Brasil.
ORCID <https://orcid.org/0009-0008-2233-3144>. E-mail: luisa.andrade@uemg.br

³ Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, MG, Brasil.
ORCID <https://orcid.org/0000-0002-8396-9452>. E-mail: alessandrast@ufmg.br

análise da relação entre a universidade e a ditadura militar. Rodrigo Patto Sá Motta também refletiu sobre a desqualificação social do conhecimento acadêmico sobre a ditadura militar, sobre sua experiência na pesquisa e na docência do ensino superior no contexto do governo de Jair Bolsonaro e sobre a eleição, na Argentina, de um candidato de extrema-direita negacionista da ditadura militar. O professor ainda indicou caminhos para as práticas de professores da educação básica na abordagem da ditadura militar em sala de aula. Concluiu-se que os jogos de acomodação não foram uma estratégia bem-sucedida de resistência à ditadura e que a defesa dos valores democráticos, no presente, é uma tarefa incontornável de toda a comunidade universitária.

Palavras-chave: ditadura militar; universidade; ensino de História; história da educação.

RESUMEN

En esta entrevista realizada al profesor de la Universidad Federal de Minas Gerais (UFMG), Rodrigo Patto Sá Motta, el objetivo fue reflexionar sobre la historia de la represión de las universidades en el contexto de la dictadura, la enseñanza de la Historia durante y sobre la dictadura y la incidencia del régimen militar sobre la cultura política brasileña. Realizada el 6 de agosto de 2024, en la Facultad de Filosofía y Ciencias Humanas (FAFICH) de la UFMG, la entrevista siguió un cuestionario semiestructurado. En la ocasión, el profesor informó sobre el proceso de investigación para la producción de su libro sobre las universidades y el régimen militar, obra publicada hace diez años y que inspiró investigaciones académicas en Brasil y América Latina. En él presenta los conceptos de *resistencia* y *acomodación* como polos opuestos en el análisis de la relación entre la universidad y la dictadura militar. Rodrigo Patto Sá Motta también reflexionó sobre la descalificación social del conocimiento académico sobre la dictadura militar, sobre su experiencia en investigación y docencia en educación superior en el contexto del gobierno de Jair Bolsonaro y sobre la elección, en Argentina, de un candidato de extrema derecha, negacionista de la dictadura militar. El profesor también indicó formas para que las prácticas de los docentes de educación básica acerquen la dictadura militar en las aulas. Se concluyó que los juegos de acomodación no fueron una estrategia exitosa de resistencia a la dictadura y que la defensa de los valores democráticos, en la actualidad, es una tarea ineludible para toda la comunidad universitaria.

Palabras clave: dictadura militar; universidad; enseñanza de la Historia; historia de la educación.

ABSTRACT

In this interview carried out with the professor at Federal University of Minas Gerais (UFMG), Rodrigo Patto Sá Motta, the goal was to reflect on the history of repression of universities in the context of the dictatorship, the teaching of History during and about the dictatorship and the incidence of the military regime on Brazilian political culture. Held on August 6, 2024, at

the Faculty of Philosophy and Human Sciences (FAFICH) at UFMG, the interview followed a semi-structured questionnaire. On the occasion, the professor reported the research process for the production of his book about universities and the military regime, a work published ten years ago and which has inspired academic research in Brazil and Latin America. In it, he presents the concepts of *resistance* and *accommodation* as opposing poles in the analysis of the relationship between the university and the military dictatorship. Rodrigo Patto Sá Motta also reflected on the social disqualification of academic knowledge about the military dictatorship, on his experience in research and teaching higher education in the context of Jair Bolsonaro's government and on the election, in Argentina, of an extreme candidate right-wing denialist of the military dictatorship. The professor also indicated ways for the practices of basic education teachers to approach the military dictatorship in the classroom. It is concluded that the accommodation games were not a successful strategy of resistance to the dictatorship and that the defense of democratic values, at present, is an unavoidable task for the entire university community.

Keywords: military dictatorship; university; History teaching; history of education.

INTRODUÇÃO

Rodrigo Patto Sá Motta é, atualmente, o mais destacado historiador brasileiro das questões relacionadas ao golpe de 1964 e à ditadura militar. Sua atuação como pesquisador da área tem se desdobrado em parcerias nacionais e internacionais que resultaram em publicações de relevância para a perspectiva transnacional das ditaduras militares na América Latina. Ele atuou como professor visitante na Universidad de Santiago de Chile, na Universidad Nacional de Colômbia, no Institut de Hautes Études de l'Amérique Latine (IHEAL) da Universidade de Paris III, na Universidad Nacional de Rosario, na Universidad Nacional de General Sarmiento, na Universidad Nacional de San Martín e no King's College London.

Professor titular da Universidade Federal de Minas Gerais e pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), realizou estudos de pós-doutorado na Universidade de Maryland, nos EUA. Parte da pesquisa que desenvolveu ali resultou numa obra seminal para a compreensão da dinâmica da repressão da ditadura nas universidades, bem como das atitudes da comunidade acadêmica e científica durante o regime militar (Motta, 2014).

Ao lidar com temas da história contemporânea, não se furta de desempenhar seu papel de intelectual público. Em um dos momentos mais delicados da história recente brasileira, no qual a democracia esteve mais uma vez ameaçada, ele foi voz importante e incômoda. Importante, pois chamou a atenção, a partir de análises conceituais didaticamente apresentadas, para as iniciativas de grupos da direita autoritária, que tinham como objetivo dominar a narrativa sobre a história da ditadura militar em benefício do predomínio de um grupo político (Motta, 2022). Incômoda, pois seus temas de pesquisa chamaram a atenção de

grupos bolsonaristas que divulgaram seu nome numa lista de cientistas e pesquisadores supostamente “perigosos”, conforme ele conta nesta entrevista.

Sua produção dedicada a expor as entranhas do sistema autoritário da ditadura abre frentes de reflexão diversas. Nesta entrevista, concedida às professoras Alessandra Soares Santos e Luisa Teixeira Andrade, em 6 de agosto de 2024, para a seção especial “Democracia e ensino na Universidade: 60 anos após o golpe de 1964”, da Revista Docência do Ensino Superior (RDES) da Universidade Federal de Minas Gerais, Rodrigo Patto Sá Motta relatou o processo de investigação para a produção de seu livro sobre as universidades e o regime militar, obra publicada há dez anos e que tem inspirado pesquisas acadêmicas no Brasil e na América Latina. Nela, ele apresenta os conceitos de *resistência* e *acomodação* como polos opostos na análise da relação entre a universidade e a ditadura militar.

Ao refletir sobre a desqualificação social do conhecimento acadêmico sobre a ditadura militar, sobre sua experiência na pesquisa e na docência do ensino superior no contexto do governo de Jair Bolsonaro e ao indicar caminhos para a formação docente e as práticas de professores da educação básica na abordagem da ditadura militar em sala de aula, Rodrigo Patto Sá Motta traz uma contribuição inédita a esta seção especial da RDES.

ENTREVISTA

Há exatamente 10 anos, no cinquentenário do golpe de 1964, você lançou seu livro *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*, numa edição da Zahar que compôs um conjunto de outras publicações que buscavam atualizar a reflexão sobre a ditadura militar no Brasil. Sua pesquisa mobilizou uma documentação, em grande parte inédita, de arquivos brasileiros e estadunidenses. De lá para cá, passada uma década, os historiadores e as historiadoras vinculados às universidades vêm travando uma série de disputas pela representação social sobre a história da ditadura contra os discursos que manipulam e falsificam evidências, propagando narrativas intelectualmente desonestas, que negam a ocorrência de um golpe em 1964 e a instauração de um regime político ditatorial, bem como a relativização da violência cometida pelos agentes do Estado autoritário. Como você avalia o estado atual dessa contenda? Como os historiadores e as historiadoras têm lidado com a desqualificação social do conhecimento acadêmico sobre o regime militar?

Eu acho que nós temos enfrentado essa desqualificação acadêmica, essas disputas. Eu me coloco assim, enfrentando. Há uns quinze meses, eu recebi uma mensagem de uma pessoa que leu o meu livro, um sujeito que eu não conheço, que é funcionário da Receita Federal. Ele me agradeceu pelo livro, disse que já leu muita coisa minha e me falou: “Professor, você faz uma história de combate”. E ele nunca leu Marc Bloch! Eu respondi: “É isso mesmo, é o que eu tento fazer”. No entanto, é tentando compatibilizar essa “história combatente” com o compromisso ético do profissional acadêmico, com os procedimentos metodológicos devidos,

o respeito às fontes, às evidências, evitando que a paixão tome conta e provoque uma distorção muito grande do olhar e da análise.

Eu tento compatibilizar, então, um engajamento em defesa da história acadêmica e em defesa da democracia. E foi necessário incluir nesse combate, recentemente, a defesa das universidades também, pois o período bolsonarista foi um período de ataque, especialmente, contra nós, os historiadores.

Eu estou engajado nisso com muitas pessoas e há muito tempo. No meu caso, como eu sempre fiz história política, sempre estive um pouco nessa linha de combate, pois histórias políticas sempre provocam algum interesse público, algum debate. Desde o mestrado eu dou entrevista para jornais e falo dos meus temas, sempre estive nesse mundo do debate público. Recentemente essa participação se tornou mais acentuada devido a essas polêmicas, esses conflitos todos.

Nós estamos mobilizados nessa luta, mas eu insisto: minha mobilização passa pela defesa da perspectiva acadêmica, dos procedimentos acadêmicos. Existem muitas formas de querer representar a experiência humana do tempo, vários tipos de representação sobre o passado. A história acadêmica é uma delas. Mas eu acho que ela é a melhor, eu acho que ela é a mais confiável, é aquela que permite o debate crítico e, inclusive, a correção de rumos e os ajustes que vêm da crítica.

Por isso, eu me coloco nessa defesa da história acadêmica e no ataque a quem ataca a história acadêmica e a quem faz a defesa de uma visão sobre a ditadura que eu acho que é falseadora, que é distorcida e que, às vezes, mobiliza, inclusive, documentação, arquivos, evidências, para construir versões sobre a ditadura que são indefensáveis, que não sobrevivem a uma análise crítica. Daí a importância do aparato crítico da história acadêmica, porque ele nos permite apontar histórias que não são confiáveis, histórias que são de má qualidade, que têm viés ideológico e que deformam o conhecimento.

E como foi sua experiência na pesquisa e na docência do ensino superior no contexto do governo de Jair Bolsonaro? Houve aí grupos de apoiadores que adotaram mecanismos de controle do currículo real – como o “escola sem partido” – ou mesmo a valorização da educação à distância como alternativa para o ensino. Como professor de História Contemporânea no Departamento de História da UFMG e pesquisador das culturas políticas, como você experienciou os impactos desse contexto autoritário na educação? Como professor e pesquisador de uma universidade pública, você sofreu as consequências desse repertório de ações que até então só faziam parte de seus objetos de pesquisa sobre a ditadura civil-militar?

Eu tenho a satisfação de ter sido atacado por grupos de direita, por grupos que são conservadores, que são reacionários. Eu tenho a satisfação de ter figurado como alvo, e

inclusive, de ter entrado em listas durante o governo do Bolsonaro. No início, foi um pouco, digamos assim, assustador. Quando eu soube que eu tinha entrado em uma lista que foi enviada para o CNPq, isso no primeiro ano do governo do Bolsonaro, eu falei: “Está vindo a perseguição”. Mas não dava para ter certeza se aconteceria algo de fato, se haveria algum desdobramento, além da coisa mais retórica. Porque quando eu vi o tal dossiê, ele era um pouco ridículo, era um negócio meio infantil. Eles pegaram publicações de rede social, principalmente do meu Facebook e das outras pessoas, como se fossem provas de comportamentos perigosos.

No meu caso, eram posts de palestras que eu fiz, de eventos que eu fui, que eles usavam como se fossem provas de subversão, de comunismo. Um dos meus posts era de um cartaz de um evento que participei na Argentina, promovido por uma rede de estudos sobre o comunismo, em que eu apresentei minhas pesquisas sobre anticomunismo. E o cartaz do evento era com a foice e o martelo. Os bolsonaristas pegaram isso como se fosse uma prova de que eu sou comunista. Enfim, isso mostra um traço muito boçal daqueles anos bolsonaristas. Eu acho que a intenção deles ao enviar uma lista de supostos “subversivos” para o CNPq era fazer com que a agência cortasse ou não atribuísse bolsas nem verbas aos pesquisadores. Mas os bolsonaristas não conseguiram controlar o CNPq como controlaram o Ministério da Educação, por exemplo.

Teve um episódio aqui na UFMG também, que eu achei muito desagradável, de um professor aposentado da área de Exatas, que eu conhecia há muitos anos por atividades aqui na universidade e que eu tinha como amigo do Facebook. Daí um dia apareceu um comentário dele num post meu dizendo assim: “Eu acho que os professores marxistas da UFMG deveriam ser exilados”. Eu olhei aquilo e não acreditei. Daí eu fui conversar com pessoas que o conheciam também e que me falaram que se tratava de uma pessoa de direita que estava muito bolsonarizada. Mas eu achei chocante, não só por ser de extrema direita, mas por ser colega, professor da mesma instituição. Era um negócio horrível, me senti muito magoado. Só que como o contexto bolsonarista era delicado, eu optei por não responder, apenas o bloqueei. Minha estratégia ali era não ficar criando exposição desnecessária.

No entanto, durante esse período, eu nunca deixei de falar o que eu penso em sala de aula ou em palestras. Eu falava nas minhas aulas que o governo bolsonarista queria destruir as universidades e que a gente tinha que se preparar para isso, tinha que tentar defender, tinha que tentar se unir. Em conferência com historiadores, eu falava a mesma coisa, que era preciso defender a história acadêmica. Então, eu não deixava de falar o que eu achava que devia falar.

Uma coisa interessante que aconteceu é que quando o bolsonarismo chegou ao poder, minha avaliação é que isso contribuiu para uma guinada das universidades em direção ao campo progressista da esquerda. Antes dos bolsonaristas chegarem ao poder, estava havendo um

processo de direitização na universidade, que a gente via entre os alunos, no movimento estudantil. Eu me dei conta disso por volta de 2012.

Eu dava aula de História Contemporânea e sempre abordava a questão do nazismo e do fascismo. Um dia, numa das turmas, apareceram dois alunos me questionando, com uma abordagem de defesa da perspectiva nazista. O problema me assustou muitíssimo. Nunca tinha acontecido. O primeiro engajamento do rapaz foi: “Professor, você está falando tudo errado. Quem começou a Segunda Guerra Mundial foram os judeus”. E daí ele foi nessa toada. Primeiro, eu fiquei surpreso. Depois, comecei a debater com eles, numa linha acadêmica, numa defesa factual de que existem muitas provas, muitas evidências contrárias àquela perspectiva. E eles, às vezes, tentavam usar conhecimento de coisas que ocorreram, mas que são irrelevantes, como um fato que é muito conhecido de um grupo de judeus em Nova Iorque, por volta de 1935, que publicou em um periódico qualquer uma declaração de guerra aos nazistas. Era um grupo de dez judeus e eles quiseram usar isso – coisa que os próprios nazistas fizeram na época também – como evidência de que a guerra começou com os judeus. É infantil, é pueril, mas é o que fazem também em relação ao golpe de 1964.

Depois começaram a aparecer alunos olavistas aqui no curso de História, por volta de 2016, antes do Bolsonaro ganhar a eleição. Então, havia um processo de direitização do mundo universitário que era visível, e isso também explica por que o bolsonarismo cresceu tanto e ganhou.

Mas, quando ele chega ao poder, eu acho que nas universidades começa um movimento contrário de reação de muita gente da comunidade universitária quando se percebeu que o bolsonarismo no poder agredia as universidades, cortava verbas, ameaçava. Acho que houve uma reação a isso e, durante o bolsonarismo, portanto, nas universidades, a gente se sentia um pouco protegido internamente. A minha sensação é que tinha uma união interna, inclusive de professores que eram meio liberais, meio críticos da esquerda e, de repente, começaram a ter posições mais progressistas. Acho que houve um efeito no sentido de defender as universidades da loucura que estava acontecendo, defender a ciência, defender a saúde pública. Eu acho que o bolsonarismo gerou uma certa união dentro do mundo universitário. A maior ameaça vinha de fora, vinha do próprio governo, das agências dele, das políticas dele. Foi um período muito tenso e que, felizmente, nós conseguimos derrotar na eleição de 2022.

Agora, no cenário além do mundo universitário, quem sofreu mais foram os professores da educação básica, que estão em uma posição muito mais frágil do que a nossa. Nós estamos numa posição privilegiada, em uma cidade como Belo Horizonte, que é uma grande capital, em uma universidade com certo peso. Qualquer intervenção autoritária aqui teria muita repercussão, o que nos colocava numa condição mais ou menos protegida. Soubemos de professores que foram demitidos, professores que foram ameaçados, pois ficaram muito mais expostos.

Voltando ao seu livro *As universidades e o regime militar*, do ponto de vista da historiografia, desde a publicação desta obra, em 2014, houve um fortalecimento e a consolidação de novas pesquisas com a abertura de arquivos e a produção de teses e dissertações sob sua orientação numa perspectiva muito robusta de investigações. Como você vê os desdobramentos das produções historiográficas sobre as relações entre a universidade e a ditadura militar desde o cinquentenário do golpe até hoje, quando relembremos os sessenta anos desse acontecimento?

A pesquisa principal que resultou no livro sobre as universidades e a ditadura militar começou aqui dentro da UFMG. Eu cheguei a esse tema como membro da comissão de gestão do Arquivo da Assessoria Especial de Segurança e Informação (AESI), a partir de 2004. Com essa aproximação fui vendo como era interessante esse cenário e como não tinha sido estudado devidamente o impacto da ditadura nas universidades.

Na medida em que eu fui conhecendo melhor o acervo, eu me dei conta de que seria necessário também, para uma boa história da ditadura nas universidades, estudar o aspecto da modernização que ocorreu naqueles anos. Esse aspecto aparece também nos arquivos, pois apesar de serem arquivos de inteligência, de informação, eles mostram o processo de implantação da dedicação exclusiva (DE) na universidade, a criação do vestibular unificado, a expansão e construção de prédios. Tudo isso aparece lá porque os órgãos de informação investigavam tudo. Eles investigavam se a implantação da DE não estava gerando desvios, se o vestibular não tinha corrupção. Houve vários casos de intervenção no vestibular por acusação de venda de provas ou qualquer suspeita em relação a isso. E conhecendo esse acervo, tive vontade de fazer um projeto grande em relação às universidades e à ditadura.

Conectei essa pesquisa que estava montando com meu pós-doutorado, pois eu queria ter uma boa experiência no exterior e consegui uma bolsa do CNPq para ficar um ano nos Estados Unidos. Eu escolhi ir para Washington para estudar os arquivos do governo em relação ao tema dos acordos do MEC (Ministério da Educação) com a USAID (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional). Fiquei lá um ano e fiz uma pesquisa muito volumosa nos arquivos de lá. A pesquisa foi crescendo, foi ganhando corpo e, quando eu voltei do pós-doutorado, comecei a fazer entrevistas. Achei que precisava coletar fontes orais para complementar, para colocar em contraste com as fontes tradicionais, as fontes escritas.

Fiz uma imersão também nos acervos do SNI (Serviço Nacional de Informações), que naquela época estavam sendo abertos. O Arquivo Nacional estava começando a disponibilizar, mas ainda havia muita dúvida sobre o acesso, porque não havia ainda a Lei de acesso atual, que é de 2011, e os gestores de arquivos tinham muito medo. Então a gente tinha que convencê-los. Eu, por exemplo, convenci o pessoal do Arquivo Nacional a me entregar os documentos tarjando o nome das pessoas, dizendo que era como se fazia nos Estados Unidos. Essa foi a minha estratégia para conseguir os documentos. Nos primeiros meses foi assim, eles me passavam com os nomes tarjados, mas é engraçado porque, muitas vezes, você identifica a

pessoa pelo contexto, pela universidade em que ela trabalhava, pela data de nascimento. Foi uma pesquisa que foi ficando bem grande e eu deixei ficar grande, pois como eu não tinha nenhuma obrigação com prazos, foi um processo longo. Eu comecei mais ou menos em 2004 e terminei de escrever em 2012. O livro foi publicado em 2014 e acabou coincidindo com as efemérides de 50 anos do golpe de 1964.

O impacto desse livro foi bem interessante. Vendo hoje, à distância de dez anos, é muito claro para mim. Muitas pessoas foram pesquisar universidades a partir desse livro, estudando casos, situações específicas em outras universidades relacionadas ao funcionamento da AESI, aos processos de expurgo, ao movimento estudantil, às reitorias. E surgiram os estudos conectados também. Eu orientei uma dissertação de mestrado que foi um estudo comparativo da UFMG com a universidade de Santiago do Chile nas ditaduras. Tem agora uma doutoranda na Argentina que está fazendo uma pesquisa comparando a UFMG com a universidade dela, a de Rosário.

No plano transnacional há também muitas pessoas se interessando por esse tema. Não estou dizendo que eu inaugurei isso, mas o livro chamou a atenção de pessoas de outros países que, aliás, me procuram. Agora, por exemplo, será publicado um dossiê organizado na Espanha sobre as cidades universitárias e as ditaduras, no qual haverá textos sobre o Brasil, México, Espanha, Argentina e outros. É um tema que está ganhando ares de uma história transnacional, pois as universidades têm um papel fundamental no mundo político, cultural, educacional.

O livro teve um impacto bem interessante ao chamar a atenção para a importância de estudar mais as universidades naquele contexto ditatorial, porque no Brasil, paradoxalmente, as universidades, do ponto de vista infraestrutural, cresceram muito durante a ditadura. Esse campus aqui que nós habitamos, por exemplo, em 1964 era basicamente o prédio da reitoria e vinte anos depois já era um campus. Isso passa pela estratégia da ditadura de investir nos sistemas universitários e científicos visando ao desenvolvimento econômico que eles projetavam, a transformação do Brasil numa potência industrial. E não dá para fazer isso sem universidade e sem pesquisa.

Mas, como eu argumento no livro, a outra estratégia era de natureza mais política, que era tentar aplacar ou, para usar o termo que utilizei, buscar uma acomodação com uma parte da elite universitária e científica oferecendo recursos de trabalho para que muitas pessoas parassem de reclamar da ditadura, de se opor a ela ou de resistir a ela.

Havia nesse jogo também uma estratégia de natureza política que a gente não vê em outros países, onde aparece mais a faceta da repressão e do desmonte do sistema universitário público. Isso pode ser atribuído à tradição política no Brasil, que é muito elitista. As universidades, naquela época, eram muito mais elitizadas do que hoje. Hoje ainda somos, mas naquele tempo, o mundo universitário fazia parte da classe média e da classe alta. E esses

acordos entre as elites fazem parte da tradição do nosso país. A negociação da repressão dos meios universitários passava também por essas relações pessoais. Um professor sempre conhece alguém que é um militar, ou um político, ou um juiz, ou um bispo. A documentação escrita está cheia dessas coisas, como uma carta do bispo de Goiânia em favor da professora tal, um coronel do exército que escreve em favor de outro professor, entre outros exemplos.

Portanto, passa por essas tradições de acordos entre elites e passa também por uma tradição nacional que é de acordos para evitar conflitos maiores. É um processo de acomodação para evitar rupturas ou disputas mais agudas. E é uma coisa que a gente continua vendo até hoje, como a maneira como a justiça está lidando com o bolsonarismo. Vai negociando, vai empurrando, vai arrastando esses processos de investigação e a gente não sabe se isso vai a algum lugar. Da mesma forma o Poder Executivo, quando o Lula, em relação à memória de 1964, sugere que a gente esqueça. Isso para agradar os militares que tentaram derrubá-lo, mas que ele ainda tenta acomodar. Esse apelo ao acordo é muito forte no Brasil, principalmente quando envolve setores da elite.

Mas tem um outro aspecto também, no que toca às universidades e à ditadura, é que no Brasil, quando começou a ditadura, as universidades eram muito frágeis. Eram instituições muito fracas em termos de produção de conhecimento, de tecnologias, de formação de quadros, pois eram muito incipientes ainda em comparação com outros países do Cone Sul, com outras ditaduras. Eu argumento no livro que no Brasil havia pouco a destruir, havia muito mais a construir. Na Argentina, no Chile e no Uruguai, as universidades eram grandes, elas tinham um percentual de alunos matriculados muito grande. No Brasil nós tínhamos menos estudantes, menos professores, tínhamos instituições mais frágeis do ponto de vista da pesquisa, com pouquíssimas pessoas em dedicação exclusiva.

As reitorias não tinham qualquer interesse em pesquisa, pois se sentiam um pouco ameaçadas. Os reitores eram professores mais tradicionais, em geral da Faculdade de Direito, às vezes da Medicina ou da Engenharia, que eram o tripé dos cursos tradicionais. Inclusive, durante a própria ditadura, ainda houve conflito quando foram sendo criados e estimulados laboratórios, grupos de pesquisa e implantação da dedicação exclusiva. Houve resistência de alguns professores dos grupos tradicionalistas que achavam que isto estava mudando a universidade, estava ameaçando a posição de poder que eles tinham. Isso é muito claro em vários casos. Tem depoimentos que falam que a própria ditadura escolhia para ser reitor alguém que não era ligado aos grupos tradicionalistas, porque poderiam emperrar determinados projetos de desenvolvimento. Isso ocorreu aqui na UFMG, por exemplo. E é muito paradoxal também, porque, em geral, os grupos tradicionalistas apoiavam a ditadura.

Em um artigo sobre a Cadeira de História Moderna e Contemporânea do curso de História da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, o historiador Francisco Falcon relatou que, entre 1964 e 1968, além das perseguições, ameaças e exílio político que vitimaram os professores e as professoras daquela universidade, também o ensino na

própria Cadeira sofreu os impactos do regime militar, uma vez que os docentes que permaneceram montaram novos programas que ele avaliou como “bastante tradicionais em termos de temas e vocabulário” e com “uma bibliografia de obras gerais e acima de qualquer suspeita” (Falcon, 1998). Em seu livro *As universidades e o regime militar* você fala da chamada “operação limpeza” levada a cabo pelo regime militar e que, no intuito de afastar os adversários políticos, impactou também as universidades; fala também da presença dos espões nos campi e das ações de censura e controle da vida universitária. É possível dar a dimensão das consequências dessas intervenções nas práticas cotidianas de ensino e pesquisa dos docentes? Em que medida a repressão e a violência contra professores e estudantes alteraram os conteúdos e as bibliografias previstos nos programas de ensino e a formação que as universidades pretendiam ofertar?

Impactou muito, principalmente nas humanidades e, especialmente, na área de história. O Falcon trabalhou na universidade que foi a mais visada no campo da história, o Departamento de História da Universidade do Brasil, depois UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), foi o departamento mais atingido, perdeu vários professores, foi muito dilacerado. Inclusive, tem gente que eu entrevistei e que viveu na época que dizia que ia estudar em São Paulo porque lá o clima universitário era mais leve. Faziam seus doutorados na USP (Universidade de São Paulo) ou na Unicamp (Universidade Estadual de Campinas), quando esta última já existia, por ter um clima menos repressivo do que na UFRJ, que estava na mão do governo federal, com um controle mais estrito. As universidades paulistas eram estaduais e recebiam um controle federal indireto.

Mas em geral o impacto foi muito ruim, muitos professores tinham medo de falar e evitavam temas que poderiam ser considerados polêmicos, todos sabiam que havia espias em sala de aula, e eram muitos, às vezes mais de um. Aqui na FAFICH teve um episódio marcante de um professor que foi acusado por um aluno de desrespeitar a bandeira nacional em sala de aula. O caso está lá no arquivo do AESI. O estudante era policial, fazia um curso universitário aqui, a gente não sabe se ele veio já como policial ou se ele era de fato estudante. Mas ele denunciou o professor, foi aberto um inquérito e o professor tomou uma suspensão. Poderia ter sido pior, mas imagina o impacto que teve na casa, pois todo mundo soube. Eu entrevistei muitas pessoas que disseram que o clima melhor era na pós-graduação, nas turmas de mestrado, porque todo mundo se conhecia, os professores conheciam os alunos, então havia menos medo e as aulas podiam ser mais tranquilas.

Por outro lado, outros depoentes dizem que podiam falar do Marx, podiam falar do marxismo e que os livros do Marx estavam na biblioteca. Teve uma época, inclusive, que estava em banca de revista, pois a coleção *Os Pensadores* publicou um número dele em 1974. A ditadura não proibia o Karl Marx, ele nunca foi censurado. Quem foi censurado foi o Lenin, o Mao Tsé-Tung, o Trotsky, por causa da perspectiva liberal autoritária da ditadura. Alguns dos formuladores intelectuais entendiam que não cabia proscriver o Karl Marx porque o

consideravam um filósofo importante e pegaria mal proibi-lo, pois poderia parecer que era uma ditadura!

Mas um professor da UnB (Universidade de Brasília) me explicou, e eu tenho também um depoimento do Jarbas Passarinho confirmando: estava autorizado usar o Karl Marx como filósofo, como pensador, mas não como revolucionário. Então era para se fazer uma leitura dele estritamente como filósofo. É claro que não é fácil fazer essa operação, mas esse era o entendimento. Então, em muitas bibliotecas universitárias estava lá o Karl Marx, mas não todas. Eu suponho que em outras universidades ele foi tirado da biblioteca, foi escondido. Tenho vários relatos de bibliotecas que tiravam livros e trancavam num armário, por exemplo. Consta que aqui na Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG havia livros escondidos em armários.

Havia também pressões indiretas. Por exemplo, aqui no arquivo da AESI tem um documento que mostra que veio do Departamento de História uma pergunta, no meio dos anos 1970, se era verdade que estava proibido usar o Nelson Werneck Sodré. E daí a reitoria respondeu com uma lista de censura da polícia federal, salvo engano meu, e a resposta foi que havia um livro que estava censurado, o *História Militar do Brasil*, mas que outros não estavam censurados, então que não havia proibição formal. E aí, na verdade, deixava para os professores aqui da FAFICH resolverem se usavam ou não usavam.

A censura, muitas vezes, era informal, era na base da pressão do “olha, não está proibido, mas use a seu critério”. E o Werneck Sodré era muito maldito para a ditadura, porque ele tinha sido, até 1964, um dos principais historiadores marxistas. Este é um tema da historiografia, pois ele é uma figura que foi amaldiçoada à direita e   esquerda. E depois de 1964, a nova esquerda acabou com a contribui o dele. Mas quando aconteceu o golpe, ele estava envolvido também com um projeto de renovar o ensino de História, o ensino básico de história. Ele tinha produzido a cole o *História Nova do Brasil* junto com outros historiadores em forma o na Universidade do Brasil, inclusive alguns deles próximos ao Falcon. Aliás, salvo engano, o Falcon contribuiu com essa cole o, mas de maneira discreta, o que o salvou do expurgo.

Mas voltando ao que vocês perguntaram inicialmente, o ensino de História no Brasil em 1964 era muito conservador, era muito tradicionalista, não entrava influência marxista. Os grandes nomes marxistas eram extra universidade, como Caio Prado Júnior, que nunca conseguiu ser professor universitário, o próprio Nelson Werneck Sodré, que não era professor universitário. Eu nunca pesquisei isso a fundo, mas tenho uma forte convic o de que o ensino de História em 1964 era extremamente conservador. Então a ditadura s  manteve o que já havia.

  um tema interessante esse de estudar como era de fato o ensino naquele momento, como ele foi mudando durante a ditadura e, principalmente, com o declínio dela. Em várias regiões do Brasil começou um movimento de renovar o ensino da História, de reformular os currículos

escolares. Esse processo começou no final dos anos 1970 e teve um impacto muito grande, uma quase revolução no ensino de História, no material didático que era usado e que foi muito inspirado por todo o processo de luta contra a ditadura.

Aproveitando esse gancho e saindo um pouco das universidades, mas considerando a condição de professores e professoras de História da educação básica, qual o caminho você indica para uma abordagem do regime militar que dialogue com as pesquisas acadêmicas da área, sem ignorar a cultura histórica em que os estudantes estão imersos e da qual fazem parte perspectivas negacionistas e interpretações manipuladas da ditadura militar no Brasil?

Eu posso dar um palpite, pois não sou da área, embora eu tenha começado como professor da educação básica – dei aula na escola por uns três anos. A primeira coisa que eu penso é que é preciso lecionar sobre a ditadura, porque muitos alunos nossos aqui, jovens que chegam do ensino médio, falam que nunca aprenderam, pois não chegam a estudar na escola. Segue-se a cronologia linear, o tema está no final do livro e nunca se chega ao final do livro. Eu acho que deveria haver um movimento dos professores de História, de quebrar a cronologia e dar aulas sobre a história da ditadura, inverter a ordem, porque é um tema que eu acho essencial, por razões óbvias, para formar cidadãos, para entrar nessa disputa sobre a memória da ditadura que é divulgada por toda essa gente que ataca os professores de História. Acho que o professor de História tem que reagir a isso ensinando sobre a ditadura, enfrentando o risco que existe hoje.

Por outro lado, hoje também existem elementos para buscar a defesa contra as pressões que as pessoas sofrem. Eu acho que a gente também não pode ficar se encolhendo, com medo, tem que enfrentar isso. As escolas, especialmente públicas, têm muita autonomia para fazer isso. Precisa ser um movimento de baixo para cima, não precisa ficar esperando uma reforma curricular. Durante a ditadura, tínhamos pessoas que faziam isso no Brasil. O professor de História tinha que dar aula de educação moral e cívica e, durante a aula de educação moral cívica, alguns davam conteúdos que não eram moral cívica, às vezes até questionava essa visão moralista e patrioteira. Se isso acontecia durante a ditadura, hoje poderíamos ter um pouco mais de ousadia.

Sobre as estratégias didáticas, eu acho que é preciso usar todos os recursos que existem hoje e que são muitos. A disponibilidade de documentos, de imagens que se pode mobilizar em salas de aula para tornar as aulas estimulantes e aproximar o tema da ditadura da vivência das pessoas. Por exemplo, uma questão que eu acho muito interessante, que eu discuto muito com meus alunos de graduação, é a questão do racismo, da maneira como a ditadura negava o racismo e reprimia as pessoas que falavam sobre racismo. A ditadura tinha aquela visão oficial que ela herdou do Estado Novo, que a herdou do Império, de que o Brasil não era um país racista, de que era baseado na mescla harmônica entre as três raças. Eu acho que isso é um tema interessante para estar em sala de aula, pois os jovens hoje estão muito interessados

nessas questões. Eles estão muito atentos também às questões de gênero e é importante falar do conservadorismo moral da ditadura.

É importante lembrar também, em contraposição a uma visão de “ditabranda”, que a violência na ditadura não era só a violência política. Muita gente se prende aos dados da violência política estritamente, ou seja, a violência contra alvos políticos, contra gente que enfrentou a ditadura por razões político-ideológicas, e esse número de mortos é baixo mesmo. Foram 450 mortos para um país de, na época, 100 milhões de pessoas. Mas a violência não estava só aí, estava na periferia, na matança de indígenas por razões diretas e indiretas.

Em seu artigo sobre a “guerra cultural” bolsonarista, publicado em 2022, você menciona, entre as várias ofensivas contra o conhecimento histórico acadêmico, a emergência tanto de políticas públicas educacionais, quanto a ação de organizações de direita não governamentais anteriores àquele governo que foram responsáveis por ataques coordenados ao sistema escolar e aos professores como um todo, mas que tornaram alvo, particularmente, professores de História (Motta, 2022). Buscando aqui “uma prática controlada do anacronismo”, conforme orienta Nicole Loraux (1992), é possível estabelecer um paralelo dessas iniciativas com o empenho cívico-autoritário para a formação da juventude no regime militar? Como você explicaria, para uma pessoa que não é historiadora, que não é da área, por que os professores e as professoras de História são particularmente vitimados em contextos políticos autoritários?

Tem aquela resposta clichê de que “os historiadores querem lembrar as pessoas de coisas que elas querem esquecer”. E eu acho que passa por esse clichê mesmo, pois cabe aos historiadores fazerem esse exercício reflexivo sobre o tempo, as temporalidades, para contar a história do Brasil, que é uma história de autoritarismo, de violência, de intervenção. Ela é autoritária todas as vezes que os movimentos populares tentam alcançar direitos e mudar um pouco o cenário social, sempre há intervenções. Eu acho que é por aí que a história incomoda. A história crítica incomoda muito. É claro que existe uma história conservadora também que favorece ao poder autoritário e conservador. Mas é frequente encontrar entre historiadores perspectivas mais críticas, que a gente encontra também entre sociólogos e cientistas políticos. Mas eu acho que os historiadores têm uma fama particular de serem potencialmente subversivos.

Me encomendaram um trabalho sobre a perseguição a historiadores do Brasil e eu vou fazer uma incursão nesse tema. Me interessa muito fazer um balanço dessa perseguição a historiadores, cientistas sociais, sociólogos, cientistas políticos. A impressão que eu tenho, até pela pesquisa sobre as universidades e o regime militar, é que os principais atingidos foram historiadores e sociólogos, e em seguida os cientistas políticos (físicos e pesquisadores da medicina social sofreram bastante também).

Portanto, me parece que as perseguições se devem ao temor em relação a uma área que pode trazer conhecimentos que são incômodos, que podem apontar para o autoritarismo. Como no caso da ditadura, quando explicamos o que foi o golpe de 1964, as origens dele, as motivações. Por isso toda a intervenção feita no conhecimento da história, com a criação dos estudos sociais, da educação moral e cívica, foi no sentido de tentar conseguir que o ensino no campo das humanidades fosse mais conservador e menos crítico.

E é interessante também saber os efeitos disso, o que se alcançou com isso. É difícil fazer um balanço, mas a simples intenção não significa que vai gerar o efeito esperado. Pois havia uma resistência de alguns professores, às vezes uma resistência passiva de não dar determinado conteúdo. E entre os próprios alunos, às vezes uma intervenção autoritária muito explícita poderia gerar uma reação de repulsa.

Mas eu acho importante conectar esse tema tanto na ditadura, quanto, recentemente, nas intervenções bolsonaristas, porque aqui você vê claramente uma conexão com a ditadura. Essa escola cívico-militar é uma nostalgia completa da ditadura e baseada mais ou menos nos mesmos pressupostos de que se você ensinar civismo aos jovens, você vai ter uma sociedade mais ordeira, mais obediente, mais patrioteira. É a mesma convicção, mas com a novidade da escola cívico militar de colocar um policial lá dentro, o que na ditadura não existia a não ser indiretamente, como professores que tinham origem militar. Eram aqueles que lecionavam em escolas, em universidades, mas não porque eram militares, apareciam como professores.

Aqui mesmo nós tivemos um professor que era coronel do exército, que foi meu professor, se chamava Expedito Pimenta. O Pimenta foi colocado aqui dentro pela ditadura. Eu não sei exatamente como isso se passou. Ele dava aula de moral e cívica e OSPB (Organização Social e Política Brasileira). E quando eu cursei isso foi lá por 1986 ou 1987. A gente fazia porque estava na grade, mas não era para levar a sério mais. Mas a escola cívico militar é diferente, pois o ponto chave dela, a pedra de toque, é botar um militar na escola para tentar enquadrar a meninada.

Eles têm uma preocupação muito grande com os comportamentos, a intenção de evitar os desvios, com medo das sexualidades não convencionais. Nos anos 1960 também havia essa visão moralista de que a esquerda subvertia a família, de que a esquerda queria acabar com a família, acabar com a igreja, acabar com o casamento, de que era a favor do divórcio, das drogas. Hoje, inclusive, tem muito jovem de direita que fuma maconha e que, do ponto de vista sexual, é super aberto, mas para outras coisas é de direita. Nos anos 1960 era diferente.

Considerando agora o atual contexto argentino – que mesmo depois de um longo período de trabalho de memória sobre o período da ditadura militar realizado nas escolas e demais esferas de educação pública elegeu recentemente um candidato de extrema-direita negacionista da ditadura –, que falhas ou limitações você identifica nos trabalhos de

memória realizados pela sociedade argentina que não lograram o êxito esperado na defesa dos valores democráticos naquele país?

É interessante porque, na Argentina, a gente ainda tem uma diferença em relação ao Brasil. Se você compara o Milei com o Bolsonaro, são projetos políticos diferentes. Você não encontra no círculo do Milei, um general. A conexão que ele tem com militar é familiar, pois a vice dele é filha ou neta de militar e puxou o voto da direita militar. Mas o governo dele não é comprometido com um projeto realmente nostálgico da ditadura, como era o caso do Bolsonaro. Até porque, e nesse ponto a transição na Argentina foi muito exitosa, eles enquadraram os militares à democracia.

As forças armadas na Argentina foram submetidas, ainda que com muito susto. Durante o primeiro governo pós-ditadura houve dois levantes, que foram chamados de carapintadas, contra o governo Alfonsín e foi muito tenso aquele período. Mas disso resultou, na Argentina, forças armadas que são muito frágeis. É muito diferente do caso do Brasil em que elas continuam, aliás, até hoje, muito poderosas. Então tem uma diferença aí, porque o Milei é ultradireita, mas ele é ultraliberal. Ele ataca o tema da ditadura, mas para atacar os inimigos de esquerda, não acho que ele faça um discurso nostálgico do período militar.

Mas eu acho complexo falar do fracasso das políticas de memória conectando isso à eleição do Milei, porque na eleição dele teve vários outros elementos que pesaram. O principal deles foi o fiasco dos últimos governos kirchneristas, especialmente esse do Alberto Fernández, que foi um fiasco em todos os aspectos e contribuiu muito para a vitória do Milei. Ninguém defendeu aquele governo, a situação econômica ficou calamitosa e muita gente votou em protesto por não suportar mais o que estava acontecendo. Era um governo de esquerda que também não respondia às várias demandas da esquerda. Vocês se lembram daquela declaração dele, extremamente racista, sobre os argentinos terem vindo dos barcos europeus? Aquilo para mim disse muito do que era essa presidência. Então o governo dele tem muita culpa nessa eleição do Milei.

As políticas de memória na Argentina foram muito intensas, mas talvez – e é só um palpite meu – tenham passado do tom também, porque acho que aquilo era muito massivo, às vezes com discursos muito maniqueístas. Isso pode ter enfastiado muita gente, essa vitimização total das pessoas que lutaram contra a ditadura, sem considerar que elas eram também agentes políticos de esquerda que estavam lutando por um ideal revolucionário nacionalista, com alguns socialistas.

Esses discursos de memória, especialmente dos governos recentes, foram muito rasos. Então me parece, por ouvir de outras pessoas de lá, que muita gente se enfastiou disso, porque foi uma estratégia de poder também dos kirchneristas. Eles se apoiavam muito nisso também para legitimar os seus governos e muita gente percebeu que a reiteração, a repetição estava

exagerada. Acho que muitos argentinos queriam, nesse aspecto, fazer como a Dilma falou, ou seja, mudar de página, sair desse tema e pensar agora no futuro.

Eu penso que a intelectualidade argentina, as pessoas que trabalham com esses temas lá, ainda estão tentando entender essa eleição, mas deve vir uma reflexão crítica sobre isso, sobre as políticas de memória dos últimos vinte anos em relação à ditadura. Mas é tremendo o que aconteceu lá porque é um país importante para o Brasil em todos os aspectos e está num processo muito complicado. Tomara que o governo do Milei dure tão pouco como o do Bolsonaro aqui.

Numa entrevista que uma de nós realizou, em 2020, com a professora emérita da Faculdade de Educação da UFMG Magda Soares (1932-2023), ela avaliou a participação dela no grupo de trabalho (GT) criado pelo MEC em 1970 para elaborar o anteprojeto da Reforma de Ensino de 1º e 2º graus, aprovada em 1971. Segundo ela, alguns colegas questionavam sua colaboração com aquele governo ditatorial, uma vez que ela também esteve ligada a movimentos de esquerda. Sua decisão, entretanto, teria sido amparada por um grupo menor da Faculdade de Educação, ligado à pós-graduação, que tinha uma filosofia de que era necessário aproveitar as “brechas”. Na oportunidade, ela contou que havia até um jornalzinho criado por eles que se chamava “A Brecha”. O convite do então ministro General Jarbas Passarinho era, portanto, a oportunidade de influenciar tecnicamente e academicamente a política educacional do regime militar. A lei aprovada, entretanto, contrariou o essencial da proposta daquele GT e acabou eliminando a possibilidade da formação geral no ensino secundário e tornou obrigatória a profissionalização (Santos, 2022). À luz desse exemplo, gostaríamos que você explicasse os conceitos de *resistência* e *acomodação*, enquanto polos opostos, e a perspectiva de “jogos de acomodação”, no contexto da universidade durante o regime militar, que você aborda em suas pesquisas. Do ponto de vista da defesa dos valores democráticos, essa estratégia foi bem-sucedida?

Eu acho que não. Essa é uma pergunta que eu fiquei fazendo o tempo todo na minha pesquisa também e hoje eu tenho a convicção de que não, para a resistência, não. Eu acho que ela foi bem-sucedida para a acomodação, mas a acomodação não é resistência. Resistência para mim são atos de rejeição àquele poder instituído, no caso, a ditadura. Resistência é rejeitar a ditadura, é tentar inviabilizá-la, é tentar desconstituí-la, destruí-la, derrubá-la. Quem fazia um jogo de acomodação entrava numa rota muito ambígua que dava, de um lado, no fortalecimento da ditadura, porque esses projetos, sendo bem-sucedidos, davam legitimidade à ditadura. Por isso que os setores da ditadura fomentavam essas ações, porque eles achavam que eram importantes e úteis.

De um lado, então, a acomodação fortalecia a ditadura. De outro lado, em certas circunstâncias, ela permitia proteger algumas pessoas da repressão e permitia a algumas instituições usarem a “brecha”, ou seja, as oportunidades que a ditadura abria para o desenvolvimento de certas instituições educacionais, científicas. Muitas pessoas que eu

entrevistei me falavam assim: “olha, eu atuei nesses cargos, mas eu nunca servi à ditadura”. Eles pensavam que estavam ali fazendo um trabalho de interesse nacional, de trabalhar pela universidade, trabalhar pela pesquisa. Vários têm essa visão até hoje, aliás, e não gostam de mim, inclusive, porque muitos fazem uma leitura de que estavam fazendo resistência.

Tem uma fala da Maria Conceição Tavares que eu cito no livro que ela declarou que “o Brasil é o único país em que nós resistimos à ditadura por dentro”. É a visão dela, que é uma figura super homenageada, faleceu recentemente e recebeu muitas homenagens. Mas como você resiste por dentro de uma instituição? Quem resistiu mesmo, em algum momento foi pego, perdeu o emprego na universidade ou sofreu intervenção para calar a boca, para se aquietar, para se acomodar. Muitas dessas pessoas que dão esses depoimentos fizeram um jogo de acomodação, aceitaram trabalhar em determinados projetos. Não apoiaram a ditadura no campo da repressão, por exemplo, não ajudaram nisso, mas ajudaram nos processos de modernização, de reforma institucional, na criação da universidade.

Eu não falo isso em termos de condenação. Eu não sei o que eu faria se estivesse lá e tivesse uma oportunidade assim. Acho que um trabalho de assessoria, assim, eu ficaria constrangido, mas provavelmente não ia dizer que não trabalharia na universidade, que iria para o campo ou iria me exilar. Se eu tivesse a chance de trabalhar na universidade talvez eu fizesse o necessário para isso, talvez eu me calasse em certos momentos, não iria me arriscar. Mas aceitar certas funções eu acho que não, porque quem aceitava funções tinha que aceitar várias coisas que vinham no pacote.

Na documentação, por exemplo, existe o caso de reitores ou diretores que usavam o poder deles às vezes para proteger pessoas e, às vezes, eram obrigados também a usar esse poder para punir pessoas. Eles tinham que punir porque tinha um limite para a acomodação. Houve casos, na UFMG, de professores do mesmo departamento em que um foi demitido, ou não foi contratado, e outro foi mantido na instituição por decisão da reitoria. E aí acontece a situação do reitor lembrar do caso do professor que ele protegeu, o professor lembrar até hoje da proteção do reitor. Mas o outro lá perdeu o emprego ou não foi contratado porque o cenário era diferente, porque para um a pressão dos órgãos de informação foi muito forte e para o outro era menos forte. Aí o reitor precisava avaliar qual cabeça ele salvaria e qual cabeça seria decepada. Esse reitor resistiu à ditadura? Não, ele não resistiu à ditadura, ele se acomodou a ela.

Eu chamo isso de atitudes e comportamentos diante da ditadura, que é um tema muito fascinante de estudar, mas muito perigoso, porque muitas pessoas estão vivas ou os amigos estão vivos e eles não querem lembrar assim. Eu sei de muita gente que torce o nariz para mim por causa disso, porque eu comecei a falar isso, enquanto muita gente prefere lembrar da forma resistente e poderosa. Hoje continua se comemorando essa resistência. A USP esses dias está fazendo uma homenagem aos que resistiram à ditadura, você tem um discurso da resistência.

Aqui na UFMG, as reitorias têm esse discurso constante de que “a UFMG resistiu à ditadura”. Ora, isso é, no mínimo, uma mitologia. Claro que não é assim. Muita gente na UFMG aderiu à ditadura, apoiou a ditadura e um tanto se acomodou a ela e acha que resistiu. Eu acho que é preciso, conceitualmente, usar os termos adequados para entender o que aconteceu aqui, porque senão a gente vai chegar à conclusão que não teve ditadura, ou seja, só teve heroísmo, só teve resistência e que ninguém apoiou aquele negócio. Eu entendo quem, às vezes, não gosta da análise que eu faço, mas eu acho injusto e equivocado, porque a ideia é tentar expor as entranhas do sistema autoritário, não é adocicar a ditadura, é mostrar como isso funcionava.

Houve vários casos como o exemplo da Magda. Tem um que eu acho bom lembrar, que é o do Newton Sucupira que a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) passou a homenagear, se não me engano no governo Dilma, com a Plataforma Sucupira. O Sucupira foi diretor de ensino superior do MEC no governo Médici, que foi um cargo chave da burocracia da ditadura. Ele aceitou ter um cargo numa ditadura. Ora, eu achava que ele não deveria ser homenageado, achava que não deviam botar o nome dele na plataforma. Ele não apoiou a violência, não apoiou a repressão, ele pode ter até protegido algumas pessoas, mas eu não acho que deveria receber uma homenagem por isso.

Eu acho que numa democracia a gente deveria homenagear os que foram lutar por essa democracia, os que não aceitaram e que se expuseram. Eu acho que a homenagem ao Sucupira é muito equivocada, porque ela é uma homenagem à acomodação, ela é um elogio à acomodação. E essa lógica da acomodação é a lógica que ajuda a esconder a ditadura, a abafar. Ela contribui para a divulgação de uma visão de que a ditadura foi um momento ou de heroísmo, de um lado, ou a contraface disso, que é o discurso de que nem foi ditadura, que foi tão branda que não foi ditadura. Foi uma ditadura, mas nós precisamos entender as peculiaridades dela e a minha proposta é tentar fazer isso e expor esses processos, até porque eu acho que tem incidência até hoje e eu gostaria que nós não enfrentássemos outra ditadura, porque o custo é muito elevado.

Então a professora, ao trabalhar por essa reforma, estava ajudando o projeto da ditadura. Pode até ser que teria ficado pior se ela não estivesse lá, o que provavelmente é uma visão que ela tinha. Porém, essas pessoas, ao assumirem esses cargos, tinham a estratégia de poder pessoal também, de projeção, de carreira. São muitos casos assim.

Estou me lembrando agora de uma historiadora importante do Paraná, que é a Cecília Westphalen, que é uma figura que precisava ser mais pesquisada, porque ela ocupou cargos, foi do Conselho Nacional de Educação e foi uma das fundadoras da pós-graduação do Paraná que, não à toa, nos anos 1970, teve uma grande projeção. Mas era uma figura que, no mínimo, se acomodou à ditadura. Eu acho até que, no caso dela, está mais para adesão do que para acomodação. As situações precisam ser mais bem pesquisadas para a gente entender como é que foi esse jogo aí. A elite universitária e científica, uma parte dela, aderiu à ditadura, uma

outra parte se acomodou. Não foram só resistentes, seria lindo se fosse assim. E teve gente que passou de uma atitude a outra.

Há pesquisadores que têm estudado esse tema da repressão nas universidades e vão seguindo um caminho muito parecido com o que eu fiz, mas não gostam do tema da acomodação, acham que isso significa diminuir o peso da resistência. Mas é complicado achar que todo mundo resistiu, é óbvio que isso não aconteceu. Às vezes as posturas ideológicas são meio cegas, como se quem estuda a ditadura só pudesse atacá-la e falar que só teve o lado da violência e o lado da resistência. Se você falar que teve posições intermediárias, é como se você estivesse aliviando ou passando um pano para a ditadura. Eu acho que isso é uma cegueira completa.

A propósito, quando me falaram daquela lista do governo Bolsonaro que eu mencionei anteriormente, eu estava com um colega da Bahia que me disse: “você apanha da direita e da esquerda”. Às vezes é frustrante sofrer críticas da esquerda (da direita não, da direita é um presente). Sofrer críticas à esquerda me incomoda muito.

REFERÊNCIAS

FALCON, Francisco. A Cadeira de História Moderna e Contemporânea e o ensino e a pesquisa históricas na FNF-UB. In: MATTOS, Ilmar. *Histórias do ensino da História no Brasil*. Rio de Janeiro: Access, 1998. p. 126.

LORAU, Nicole. Elogio do anacronismo. In: NOVAES, Adauto (org.). *Tempo e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A guerra cultural bolsonarista e as disputas pela história recente. *Contenciosa*, Santa Fe, Argentina, n. 12, v. 15, 2022. DOI: <https://doi.org/10.14409/rc.10.12.e0015>. Disponível em: <https://bibliotecavirtual.unl.edu.ar/publicaciones/index.php/Contenciosa/article/view/11496>. Acesso em: 25 out. 2024.

SANTOS, Alessandra Soares. Uma experiência interrompida: o Colégio Integrado do Centro Pedagógico da Universidade Federal de Minas Gerais (1971). *Cadernos De História Da Educação*, Uberlândia, v. 21, 2022. DOI: <https://doi.org/10.14393/che-v21-2022-61>. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/che/article/view/64735>. Acesso em: 25 out. 2024.

Rodrigo Patto Sá Motta

Professor titular do Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e pesquisador do CNPq. É autor, entre outros, do livro *Passados Presentes: o golpe de 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

rodrigopsamotta@gmail.com

Luisa Teixeira Andrade

Pesquisadora e Professora de História da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), Doutora em Educação (Ensino de História) pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e pela University of California (UCSB). É líder do grupo de estudos e pesquisas em Ensino de História do Cnpq e investiga os temas: Linguagem em sala de aula de História; ensino, aprendizagem e letramento histórico; Memória, Patrimônio e ensino de História.

lteixeiraa@gmail.com

Alessandra Soares Santos

Doutora em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Realizou estágio de pós-doutorado no Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora de História do Centro Pedagógico da UFMG e do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG. Integrante de grupos de pesquisa em História da Educação (GEPHE/FAE/UFMG) e em História da Ciência (Scientia/FAFICH/UFMG).

alessandrast@ufmg.br

Como citar este documento – ABNT

MOTTA, Rodrigo Patto Sá; ANDRADE, Luisa Teixeira; SANTOS, Alessandra Soares. Universidade, ensino de História e ditadura militar sob o olhar de Rodrigo Patto Sá Motta. *Revista Docência do Ensino Superior*, Belo Horizonte, v. 14, e055042, p. 1-21, 2024. DOI: <https://doi.org/10.35699/2237-5864.2024.55042>.